



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares

GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

O PROTAGONISMO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

THE FAMILY PROTAGONISM IN THE PROCESS OF SCHOOL INCLUSION FOR CHILDREN WITH DISABILITIES

Márcia Moraes Corrêa Borba¹
Janaína Martins Zang²
Juliana Franco Ferreira Melcher³
Suzana Paulino da Silva⁴
Franchys Marizethe Nascimento Santana⁵

RESUMO

O presente artigo foi elaborado com o intuito de analisar como se dá a participação da família no processo de inclusão escolar da criança com deficiência. Esse aspecto tão importante e necessário da educação inclusiva representa um dos principais desafios na área educacional, uma vez que a parceria entre escola e família corrobora para a eliminação de barreiras, eliminação da discriminação e participação efetiva no desenvolvimento pleno dos estudantes. Na ausência desta colaboração entre a comunidade escolar, o acesso igualitário às oportunidades, a construção das aprendizagens, do conhecimento e das relações se torna ineficiente. Esse artigo iniciou abordando a importância da participação ativa da família frente

¹ Professora de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, docente no curso de Ensino Médio Normal e Pós-médio Curso Normal/Aproveitamento de estudos, especialista em educação, especialista em psicopedagogia institucional e clínica, orientadora educacional, supervisora escolar das classes de alfabetização na EMEB Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha (Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS). marciarmoraesborba@gmail.com

² Estudante do Curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: perspectivas da Inclusão e Diversidade Cultural. janaianazang@edu.nh.rs.gov.br

³ Assistente Pedagógica da rede Municipal de Ensino de Aquidauana. Estudante do Curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: perspectivas da Inclusão e Diversidade Cultural. juliana.franco@ufms.br

⁴ Professora de português do ensino fundamental da Rede Municipal de Nioaque e ensino médio da Rede estadual de Mato Grosso do Sul. Estudante do Curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: perspectivas da Inclusão e Diversidade Cultural. Estudante do Curso Linguística Aplicada e Ensino de Línguas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. suzana.paulino@ufms.br

⁵ Professora, Doutora, efetiva da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coordenadora do Curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: perspectivas da Inclusão e Diversidade Cultural, Coordenadora dos Laboratórios de Arte e Ludicidade Na Diversidade Cultural e Laboratório de Cultura Pedagógica/CPAQ/UFMS. franchys.santana@ufms.br

ao favorecimento da construção de um ambiente inclusivo, e também como a mesma foi se constituindo espaço de produção da identidade social dos sujeitos ao longo dos séculos. Revisitamos a história da educação inclusiva, o que permitiu refletir sobre o quanto as atitudes sociais de cada época, movimentos e mudanças de paradigmas fomentaram a ampliação da participação das famílias na educação das crianças com deficiência. Além de referencial teórico diverso, trouxemos também a principal legislação da atualidade para elucidar a importância do protagonismo da família no processo de inclusão escolar da criança com deficiência. Concluiu-se que tanto a escola como a família precisam fortalecer os vínculos e estabelecer o compromisso de que a inclusão deve ser integral e permanente, reafirmando que a parceria entre escola, família e comunidade deve ser indissolúvel, estabelecendo um elo comprometido, empático e democrático.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Inclusiva. Família. Criança com deficiência.

ABSTRACT

This article was developed with the aim of analyzing the participation of the family in the process of school inclusion of children with disabilities. This important and necessary aspect of inclusive education represents one of the main challenges in the educational field, as the partnership between school and family helps to eliminate barriers, discrimination, and promotes effective participation in the comprehensive development of students. In the absence of this collaboration within the school community, equal access to opportunities, the construction of learning, knowledge, and relationships become inefficient. This article began by addressing the importance of active family participation in fostering the creation of an inclusive environment, and also how it has constituted a space for the production of social identity of individuals over the centuries. We revisited the history of inclusive education, which allowed us to reflect on how social attitudes of each era, movements, and paradigm shifts have fostered increased family participation in the education of children with disabilities. In addition to diverse theoretical references, we also included the main current legislation to elucidate the importance of family protagonism in the process of school inclusion of children with disabilities. It was concluded that both the school and the family need to strengthen bonds and establish the commitment that inclusion must be integral and permanent, reaffirming that the partnership between school, family, and community must be indissoluble, establishing a committed, empathetic, and democratic link.

Keywords: Special Education. Inclusive Education. Family. Children with Disabilities.

INTRODUÇÃO

A família tem papel fundamental na formação do indivíduo, para se tornar bons cidadãos para sociedade garantindo qualidade e oportunidade de desenvolvê-las mesmo com suas necessidades especiais. A escola também tem um importante papel no processo de aprendizagem de seus alunos, uma vez que é responsável por oportunizar os conhecimentos e anuir a convivência no coletivo, estimulando, assim, o respeito ao outro.

No conceito de família pelo Código Civil de 1916, por exemplo –, foi substituída, gradativamente, pelo reconhecimento de novos laços familiares, mais relacionados à afetividade e à ideia de pertencimento entre as pessoas. Segundo o artigo 226 da Constituição da República de 1988, a família é compreendida como a base da sociedade e recebe uma proteção especial do Estado. E analisando a constituição de 2010 Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência,残酷 and opressão (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

Este artigo visa analisar o papel da família no processo de inclusão escolar de crianças com deficiência, ou seja, quais direitos e deveres que a família precisa assegurar a elas com necessidades especiais para ter o acesso à unidade escolar e permanência com qualidade no processo ensino/aprendizagem. Destacando as oportunidades com profissionais qualificados, ambientes propícios, materiais facilitadores e uma conjuntura de possibilidades como uma via dupla entre escola e família.

2 FAMÍLIA E INCLUSÃO ESCOLAR

A família tem uma função primordial no processo de inclusão escolar de crianças com deficiência, pois os primeiros anos de vida, o ambiente familiar é a base onde ela inicia o seu desenvolvimento de suas habilidades sociais, emocionais e cognitivas. Neste processo o apoio, a compreensão e o incentivo dos familiares são fundamentais para que se sinta acolhida e segura para explorar o mundo ao seu redor. Constata-se que com a participação da família ativamente no processo educacional, colaborando com a escola e os profissionais de ensino, proporciona o fortalecimento da construção de um ambiente inclusivo que favorece o desenvolvimento integral desde a mais tenra idade.

Destaca-se que a inclusão escolar não é um processo que deve ser responsabilidade exclusiva das instituições de ensino. É relevante que a família compreenda a importância de sua participação e se envolva de maneira contínua e proativa. Isso inclui acompanhar o desempenho escolar, participar de reuniões e atividades escolares, e oferecer suporte emocional e prático para a criança.

2.1 Algumas considerações sobre a família brasileira nos dias atuais

Para compreender as relações entre a família e a escola, é imprescindível buscar na história subsídios que facilitem uma visão ampla e contextualizada da família na sociedade, suas modificações e características ao longo dos séculos. Alguns teóricos trazem conceitos sobre família, como por exemplo Lévi-Strauss (1982 p. 22) que afirma que a família “é um fenômeno universal, presente em todas as sociedades”, sendo entendida como uma instituição humana duplamente universal, pois considera o fator cultural e o fator biológico. Roudinesco (2023) traz uma transformação importante na constituição das famílias, uma vez que esta sofreu transformações no decurso dos tempos. A família, no século XVI, era conceituada por ser “um conjunto, uma casa, um grupo, que incluía os outros parentes, pessoas próximas, amigos, empregados” e, que, após longa evolução, chegou ao que se conhece atualmente: a família conjugal ou nuclear. Berenstein (1996) afirma que a família é a unidade básica de desenvolvimento e experiência, realização e fracasso, saúde e enfermidade. Para Ginott (1998) apud Berenstein (1996) “o papel da família estável é oferecer um campo de treinamento seguro, onde as crianças possam aprender a serem mais humanas, a amar, a formar a sua personalidade única, a desenvolver sua auto-imagem e relacionar-se com a sociedade mais ampla e imutável, da qual e para qual nascem”.

Essas conceituações refletem a relevância que a família adquiriu neste século, como a primeira célula social da qual as pessoas fazem parte e que será responsável pela formação individual e social dos indivíduos. Pode-se considerar a família como um sistema bastante complexo, uma vez que cada uma é única, diferindo em tamanho, elementos que a compõem, valores, etc. É um sistema altamente interativo, pois o que ocorre com um de seus elementos repercute em todo ele, passa por vários estágios de desenvolvimento, ocasionando mudanças a cada movimento.

Acredita-se que, nos dias atuais, ao se lidar com as famílias, é preciso abandonar o velho modelo de família nuclear burguesa, que preconiza como verdade a família composta por pai, mãe e filhos, baseada numa relação de hierarquia e subordinação. É preciso ter em mente que cada família constitui um universo formado por um sistema de relações e, portanto, difícil de ser conceituada no mundo atual. Roudinesco (2003, p.32), no entanto, afirma que família é definida como “um grupo de pessoas, vivendo numa estrutura hierarquizada, que convive com a proposta de uma ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre os adultos

e deles para com as crianças e idosos que aparecem nesse contexto”.

O mais importante, ao se trabalhar com as famílias, é valorizá-las enquanto espaço de produção da identidade social básica de qualquer criança, tendo em vista a formação de sua cidadania. Também é necessário que se desenvolva a tolerância pela diversidade humana, isto é, que seja possível primeiramente perceber as diferenças étnico-culturais da sociedade em que os sujeitos estão inseridos, bem como o respeito à diversidade.

2.2 Família: base para a constituição da identidade e construção das aprendizagens das crianças

As famílias, como agregações sociais, ao longo da história, assumem ou renunciam às funções de proteção e socialização dos seus membros. Nessa perspectiva, segundo Minuchin (1982) “as funções da família regem-se por dois objetivos, sendo um de nível interno, como a proteção psicossocial dos membros, e o outro de nível externo, como acomodação e transmissão da cultura”. Ainda conforme Minuchin (1982), a família tem como função primordial a de proteção, tendo, sobretudo, potencialidades para dar apoio emocional para a resolução de problemas e conflitos, podendo formar uma barreira defensiva contra agressões externas. No processo de socialização, a família assume, igualmente, um papel fundamental, já que é a instituição que modela o sentido de identidade da criança.

A família constitui o primeiro e o mais importante grupo social de toda pessoa, bem como seu quadro de referência, estabelecido através das relações e identificações que a criança criou durante o desenvolvimento, tornando-a na matriz da identidade (Assis, 2000).

O ambiente naturalmente responsável pela garantia de aprendizagem, pertença e promoção da individualização do sujeito é a família, e ao garantir o processo de pertencimento, cria um espaço de autonomia e individualidade, base para construção da subjetividade.

2.3 Família: primeiro contexto inclusivo da criança

A família compõe o principal contexto de desenvolvimento do ser humano, sendo que cada membro deste meio social estão interligados um ao outro. O nascimento ou surgimento de alguma deficiência entre um destes membros, gera impactos sobre a estrutura familiar, uma vez que nem sempre existe uma preparação para o enfrentamento de tal situação. Kelman

(2010, p.38) destaca que “A família é o primeiro e provavelmente o principal grupo social em que convivemos, pois é nela que o indivíduo aprende a conquistar a individualidade e independência.” Sendo assim, é correto afirmar que a família é o primeiro grupo social onde desenvolve-se a interação e a percepção de si mesmos e dos outros.

Analizando esses aspectos, pode-se afirmar que a família desempenha um papel essencial no desenvolvimento de todos os indivíduos, com ou sem deficiência. Contudo, um ambiente familiar positivo e estimulante é relevante para o estabelecimento das primeiras relações da criança com o mundo, promovendo seu desenvolvimento integral.

A experiência familiar daqueles que se tornarão pessoas relativamente estáveis e autoconfiantes é caracterizada não apenas pelo apoio infalível dos pais, quando a eles se recorre, mas ainda por um estímulo gradual e constante à crescente autonomia, notando-se ainda que os pais transmitam modelos funcionais de si próprios, da criança e de outros (Bowlby, 1997, p. 113).

Sendo a escola, considerada, o segundo grupo social da criança, entendemos que família e escola estão interligadas no processo de desenvolvimento dos seres humanos, favorecendo no crescimento físico, intelectual, emocional e social. Esses dois ambientes favorecem a influência na vida de uma pessoa com desenvolvimento atípico. A família e escola dividem funções sociais, políticas e educacionais, visto que contribuem e influenciam na formação do cidadão (Rego, 2003).

Portanto é importante ressaltar a responsabilidade de ambas a construção no indivíduo o conhecimento cultural e organizado, alterando os modos de funcionamento psicológico, conforme os cenários de cada espaço. Nesse ponto, vê-se como benéfico parcerias em prol do desenvolvimento de seus estudantes, desde que, cada uma respeite as especificidades da outra.

A disposição familiar no processo de inclusão é necessária no contexto escolar. Desta forma destacamos Sassaki (1998) ao afirmar que o envolvimento da família nas práticas inclusivas da escola ocorre quando existe entre a escola e a família, um sistema de comunicação. Pontuando a relevância e necessidade da participação dos pais nas reuniões da equipe escolar para planejar, adaptar e compartilhar sucessos, reconhecendo-se parceiras da instituição de ensino.

A aproximação dos laços entre escola e família, portanto, torna o desenvolvimento de ações em parceria possível, construindo em conjunto uma relação de diálogo mútuo, para que juntas possam encarar situações que a sociedade atual impõe a todos. Se unidas pelo mesmo

motivo em prol do desenvolvimento integral do estudante em todos os aspectos (cognitivo, afetivo, social, psicomotor), do conhecimento das diferenças individuais, respeito às diversidades, considerando-o como um ser ativo com capacidade de se desenvolver plenamente, independente de ser no ambiente escolar ou no familiar, pois ambos estarão contribuindo para o desenvolvimento de uma comunidade menos excludente e discriminatória.

2.4 O processo de escolarização da criança com deficiência: um pouco de história e legislação

Para compreender a evolução e as conquistas da educação especial na atualidade, é imprescindível revisitar a história com vistas às atitudes sociais de cada época, movimentos e mudanças de paradigmas ao longo do tempo. Segundo Silva (2006, p. 22), “são escassas as informações sobre o tratamento dado às pessoas com deficiência no Ocidente”, havendo “um grande silêncio na história oficial quando se trata de abordar a trajetória de sujeitos excluídos da vida política, econômica e social com as pessoas com deficiência”.

Nos séculos passados, no entanto, a deficiência tinha uma explicação relacionada às concepções bíblicas, filosóficas e científicas, ocasionando posturas sociais que marcaram o tratamento dado às pessoas com deficiência, tais como aponta Mazzola (1993/1996) apud Assis (2006): marginalização, assistencialismo e educação/reabilitação. A marginalização caracteriza-se pela descrença na possibilidade de mudança das pessoas com deficiência, o que ocasiona um total descompromisso na oferta de atendimento e serviços a essa população. O assistencialismo traz ainda a ideia da impossibilidade de mudança desse público, porém com um olhar marcado pela religiosidade e pela oferta filantrópica de proteção às pessoas com deficiência. A educação/reabilitação surge como alternativa para a transformação das pessoas com deficiência a partir de ações voltadas para a organização de serviços educacionais.

Ao longo da história, a educação especial passou por períodos marcados por posturas sociais de exclusão: período do extermínio, período da segregação/institucionalização, período de integração e aquele que se faz presente nos dias atuais, que é o período de inclusão. De acordo com Silva (2006, p.12), a ideia de inclusão “propõe que os sistemas educacionais passem a ser responsáveis por criar condições de promover uma educação de qualidade para todos”, garantindo as mudanças necessárias para suprir as necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência.

Sassaki (1998, p. 9) apud Silva (2006) explicita o paradigma da inclusão:

Esse paradigma é o da inclusão social - as escolas (tanto comuns como especiais) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas).

Há que se considerar, portanto, que a educação inclusiva se opõe veementemente à homogeneização das pessoas, uma vez que respeita e valoriza a diversidade humana. É preciso inverter o processo educativo enraizado na sociedade, que perpetua a premissa de que cabe ao aluno adaptar-se à escola, trazendo a necessidade de respeito ao ritmo e ao tempo de aprendizagem de cada sujeito, respeitando, conforme a autora afirma há diversidade de características, sejam elas relacionadas às capacidades, ao desempenho cognitivo, à raça, ao gênero, à classe social, à estrutura familiar, ao estilo de vida ou à sexualidade.

É importante compreender que educação inclusiva vai além da educação especial, uma vez que a educação especial tradicionalmente está relacionada ao ambiente escolar, cujo intuito é atender os alunos em suas necessidades, enquanto que a educação inclusiva é mais abrangente, pois busca promover um ambiente escolar acolhedor que valorize e respeite toda diversidade. Desta forma, a educação inclusiva é uma alternativa possível para a superação das diversas desigualdades sociais por meio de mudanças e estratégias transformadoras, considerando também recursos econômicos, formação docente e comprometimento dos sistemas educacionais e governamentais.

2.5 Educação especial na perspectiva da educação Inclusiva

A inclusão escolar no Brasil está profundamente ligada à história e aos princípios dos movimentos voltados para a defesa e garantia dos direitos humanos. Estes se constituem como pré-requisitos para que os indivíduos possam construir suas vidas em liberdade, igualdade e dignidade. A finalidade da definição destes direitos não é o de igualar as pessoas ou os grupos sociais, mas assegurar-lhes uma vida digna, de acordo com as especificidades que lhes são próprias (Brasil, 2008).

A educação inclusiva passa a existir como resultado da luta pelo direito das pessoas

com deficiência ou algum transtorno. Num primeiro momento, essa proposta educacional foi vista como uma inovação da educação especial; entretanto, progressivamente, ampliou-se em todo o contexto educativo, como uma tentativa de fazer com que a educação fosse de qualidade e que chegasse a todos e para todos.

Quando falamos em educação inclusiva, precisamos levar em conta seu histórico, não somente nos referindo às teorias e práticas elaboradas, mas aos documentos legais que validam essas práticas. A educação inclusiva tem origem em muitos movimentos, debates, estudos teóricos e práticas e alguns dos mais importantes documentos produzidos sobre o assunto – tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) –, que serviram como uma das bases fundamentais para movimentos e acordos políticos relacionados à inclusão. A Declaração de Salamanca, documento originário da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, é a que, de maneira mais decisiva e explícita, tem contribuído para impulsionar a educação inclusiva em todo o mundo.

Observando esses documentos, são considerados estudantes com necessidades educacionais especiais aqueles que:

Apresentam durante o processo educacional dificuldades acentuadas de aprendizagem que podem ser não vinculadas a uma causa orgânica específica ou relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências, abrangendo dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, bem como altas habilidades/superdotação... (BRASIL, 2005, p. 34).

Uma escola inclusiva precisa ser vista e considerada como um espaço que proporciona a permanência e o ingresso do estudante no ambiente escolar e como um espaço de convivência para desenvolver a socialização. Sempre tendo em vista o aproveitamento acadêmico, ocorrendo a partir da atenção às suas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Destaca-se a complexidade das dificuldades de aprendizagem, demonstrando que estas podem ter diversas origens, não necessariamente ligadas a uma causa orgânica específica. Isso reforça a necessidade de uma abordagem educacional inclusiva e personalizada, que leve em consideração as diferentes condições, disfunções, limitações ou deficiências dos alunos. A educação deve ser flexível, adaptável e capaz de responder às necessidades únicas de comunicação e sinalização de cada estudante, promovendo um ambiente que reconheça e

valorize todas as particularidades (Brasil, 2015).

Necessário se faz mencionar as altas habilidades/superdotação, indicando que a inclusão educacional não se limita apenas ao suporte para alunos com dificuldades, mas também ao atendimento de alunos com habilidades excepcionais. A presença de estudantes com características tão diversas exige que a escola esteja preparada para oferecer estratégias pedagógicas diferenciadas, garantindo que todos possam atingir seu pleno potencial. Isso ressalta a importância da formação contínua dos professores e do desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas.

2.6 O impacto da participação da família na educação escolar da criança com deficiência

A participação ativa da família na escola remete uma parceria de sucesso na vida dos educandos, e falando em estudante com deficiências sabemos que é mais delicada essa situação pois está ligada há várias questões como social, psicológica, emocional, física dentre outras. Entanto devemos compreender que a educação inclusiva seja reconhecida e utilizada para que haja uma consolidação no processo educativo.

Quando a escola recebe um aluno deficiente é importante que a família contribua diretamente para a inclusão da criança, e a escola seja inclusiva assim como menciona Correia (2013, p. 36), “o princípio fundamental do ensino comum nesse parâmetro de ação de inclusão é de que as escolas assumam a acolhida de todas as crianças sem ter em conta suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, dentre outras.”

Portanto, é a instituição escolar como menciona Santana (2023) que deve se organizar, planejar e construir um projeto de inclusão envolvendo a comunidade lhe atribuindo a função de promover o vasto desenvolvimento das capacidades individuais e de transformação social. E desta forma essa participação ativa resulta, como relata Hollerweger (2014, p. 10) “em demonstração de amizade, passando confiança e coragem para criança; pais cooperantes no processo de ensino-aprendizagem; tomada de conhecimento dos pais sobre o desenvolvimento da criança e obtenção de informações do ambiente da casa e da rotina diária da criança.”

O engajamento com a família e o estímulo é decisivo no processo de inclusão dos estudantes com necessidade especiais, sendo necessário e importantíssimo para a construção do sujeito como componentes ativos dentro da sociedade e para essa efetivação é necessário múltiplos esforços, erradicando preconceitos e rompendo barreiras para que haja aceitação e acima de tudo respeito e inclusão.

A parceria entre família e escola tem extrema relevância para a vida dos educandos, muitas pesquisas reconhecem o melhoramento pela colaboração participativa e ativa dos responsáveis dentro da unidade escolar. Partindo desse viés muitos movimentos ocorreram com o passar do tempo no livro “Parceria família e escola: benefícios e desafios e proposta de ação” com parceria do MEC (Ministério da Educação) faz um breve relato desses movimentos, em destaque a “Associação Brasileira de Educação (ABE)”.

Esse movimento ocorreu no Rio de Janeiro em 1924 com a participação de vários intelectuais interessados em debater a reforma do ensino no Brasil, foi nessa associação que foi criado o Círculo de Pais e Professores em escolas públicas e particulares, que visava à colaboração entre familiares e educadores para atuarem em conjunto no processo educativo (Campos, 2011).

No entanto com essas propostas suas implementações foram ocorrendo gradativamente ao observar que as famílias dos alunos se apresentavam como facilitadoras desse novo processo educativo, e isso era visto como algo positivo e adequado. Subsequente foi criando novos ideais para o papel da família na escola

Em 2001, no intuito de chamar a atenção e mobilizar a sociedade em prol desta parceria, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o dia 24 de abril como o Dia Nacional da Família na Escola, tendo como lema “Um dia para você dividir responsabilidades e somar esforços”, endossando o interesse do Estado em garantir a efetivação dessa parceria. (Jungles, 2007, p.9).

Embora a legislação estimule e implemente essas relações e parcerias entre família e escola, sabemos que parte de cada instituição aborda de maneira que seja satisfatória para que realmente o envolvimento entre ambas contribua para a construção de um ambiente educacional que valorize o contexto e valores de cada instituição. E o autor menciona vários pilares difusores para tais ocorrências como: interações colaborativas que ocorrem direta ou indiretamente para promover o desenvolvimento social, emocional, físico e intelectual de crianças e jovens, relação de mão dupla entre outros. Acredita-se que estas ações são imprescindíveis pois permite o desenvolvimento de estratégias conjuntas para resolver dificuldades, superar obstáculos e promover o sucesso do estudante.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para alcançarmos os objetivos propostos, utilizamos a revisão de literatura no desenvolvimento da pesquisa para o enriquecimento do aporte teórico com leituras e análises

Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural.
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024

de obras literárias, artigos e documentos que nos proporcionou um melhor entendimento e esclarecimentos sobre nossas questões acerca do problema apresentado. Posteriormente, os resultados foram analisados com o objetivo de organizar os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação (GIL, 2008 p. 156). Portanto a metodologia foi um processo de definições, buscas e posterior análise da temática abordada.

A inclusão escolar de crianças com deficiência é um direito garantido por lei, conforme encontramos no artigo art. 208, inciso III, da Constituição Federal (1988), e também no artigo 208 da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (Lei nº 9394/1996) que afirmam que, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de o atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/1990) também é uma legislação que traz em sua essência a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, garantindo o acesso à educação de qualidade e inclusiva. O ECA corrobora sobre a importância da oferta de condições adequadas para que os estudantes com deficiência recebam o apoio indispensável para a frequência, permanência e inclusão na escola desde os primeiros anos de vida escolar. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13146/2015), legislação mais recente, traz com detalhamento os direitos das pessoas com deficiência, tais como a acessibilidade, adaptação razoável e o direito à educação no artigo 28 que afirma que “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.”

A partir da revisitação às diversas literaturas e legislação sobre a educação inclusiva, em especial sobre a importância do protagonismo da família na inclusão de seus filhos, pôde-se refletir sobre o papel de cada envolvido nesse processo, tendo em vista a evolução significativa das relações entre escola, famílias e crianças com deficiência ao longo da história. Também se observou que, a partir da mudança na legislação educacional, foi possível ampliar a participação e integração das famílias na vida escolar/acadêmica de seus filhos. E, sendo o primeiro contexto inclusivo da criança, a família é o agente legítimo para favorecer o desenvolvimento pleno dos mais variados aspectos singulares do sujeito em formação através do estabelecimento de relações de proximidade, diálogo e escuta com os professores e com a comunidade escolar. O envolvimento, apoio e participação ativa da família no contexto da educação inclusiva são fundamentais para a superação de desafios, proposição de um ambiente favorável às

aprendizagens, promoção de igualdade de oportunidades para todos e construção de espaços verdadeiramente inclusivos, onde toda a diversidade de estudantes tenha a possibilidade de desenvolver suas potencialidades.

Tanto a escola como a família precisam fortalecer os vínculos e estabelecer o compromisso de que a inclusão deve ser integral e permanente, mas para tanto é preciso ressaltar que haja abertura e confiança por parte da escola, assim como é preciso ter envolvimento e responsabilidade por parte das famílias. Para que a educação seja de fato inclusiva, a parceria entre escola, família e comunidade deve ser indissolúvel, estabelecendo um elo comprometido, empático e democrático.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe como base o protagonismo da família no processo de inclusão escolar da criança com deficiência, ressaltando a relevância da relação de parceria entre família e escola acreditando que ambos constituem os mais importantes ambientes de desenvolvimento humano, por este motivo é relevante que políticas de aproximação entre esses contextos sejam implementadas de modo que as especificidades e similaridades sejam reconhecidas e valorizadas.

Observamos no decorrer da história as transformações tanto no conceito como no entendimento da composição das famílias, estas conceitualizações transformadas demonstram a importância das famílias, considerando-as como um sistema complexo com variáveis distintas porém relacionadas, onde as alterações em suas variáveis impactam em todo o conjunto, isto é, na família de forma geral.

Com esta nova interpretação do conceito de família, abandona-se a visão tradicional de família como única referência, e adota-se a que está caracterizada por um grupo de pessoas estruturado, com ligações afetivas e de cuidados entre os indivíduos que aparecem neste contexto. Devemos também alterar a nossa abordagem, valorizando e incentivando que a família ocupe o seu espaço de ser referência na produção da identidade social básica de seus membros.

Esse artigo nos leva a refletir que é de suma importância o apoio às famílias, que na maioria dos casos, não estão preparadas para a chegada de um indivíduo com deficiência e esta nova realidade, em uma estrutura familiar impacta de várias formas, principalmente no processo de aprendizagem, tendo em vista que a família é o primeiro contato desse indivíduo com o meio social. Esse indivíduo gera, de certa forma, uma sobrecarga nos demais membros haja vista que dependendo da deficiência mais apoio e atenção esse indivíduo irá necessitar fazendo com que seja disponibilizado mais esforço para que ocorra o desenvolvimento e a aprendizagem.

As famílias devem ser o modelo de referência para a criação da identidade da criança, pois este é o primeiro e principal grupo social onde está inserida, e neste sentido o espaço e as condições desta família implicam na identidade e no desenvolvimento desta criança como ser humano. Assim, ambientes positivos e estimulantes produzem impactos positivos no desenvolvimento das relações da criança com o mundo. Da mesma forma a escola, pois após a família, possivelmente, é o segundo grupo social em que esta criança está inserida, sendo assim ambas dividem funções e responsabilidades, na construção do conhecimento e na formação de cidadãos que respeitem a diversidade, especificidades e singularidades de cada indivíduo, bem como sua cultura e crenças.

Assim a integração entre família e escola facilita o processo de desenvolvimento deste indivíduo, não só dele mas também auxilia a família e escola a encarar as dificuldades que as particularidades deste indivíduo impõem aos processos de ensino e de aprendizagem, tornando o desenvolvimento deste indivíduo facilitado em todos os aspectos, criando condições de promover uma educação de qualidade tanto no convívio social quanto escolar, preparando este sujeito para viver em uma comunidade menos excludente e discriminatória.

Ressalta-se, que a ênfase, que atualmente acometem as instituições de ensino, quando afirmam sobre a necessidade do estabelecimento de vínculos entre família e escola, não significa dizer que essa relação já acontece com deveria, ainda são encontradas diversas situações que interferem diretamente na implementação e manutenção deste vínculo. Entretanto, considera-se a necessidade de implementar essa discussão, acreditando que essa visibilidade contribuirá de forma significativa na vida da família, da escola e sobretudo para a pessoa com deficiência, que precisa ser respeitada em suas especificidades e necessidades.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural.
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024

BRASIL. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Brasília/DF, 2006.

BRASIL. **Educação inclusiva: v. 4: a família** / coordenação geral SEEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 26 de outubro de 2024.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação brasileira nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

ASSIS, Orly. Moralidade Infantil. Revista do professor. Porto Alegre, 16 (63): 10-14, julho/setembro, 2000.

BERENSTEIN, Isidoro. Família e doença mental. São Paulo: Editora Escuta, 1988.

BERENSTEIN. Psicoanalisis uma família. Buenos Aires, 1996.

CAMPOS, Alexandra R. Família e escola: um olhar histórico sobre as origens dessa relação no contexto educacional brasileiro. **Revista Vertentes**, São João del-Rei, v. 19, n. 2 , p. 1-17 , 2011.

CORREIA. **Inclusão e necessidades educativas especiais**: um guia para educadores e professores 2. ed. Porto: Porto Editora, 2013.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Cartografias dos estudos culturais. Uma versão latino-americana. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Identidades culturais**: uma discussão em andamento ed. on-line – Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 145-177

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz & Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **Pesquisa em Ciências Sociais**: o projeto da dissertação de mestrado. Fortaleza: EUFC, 1999.

HOLLERWEGER, Silvana e CATARINA, Mirtes Bampi S. **A importância da família na aprendizagem da criança especial**. Revista de Educação do Ideau. Vol. 9 – Nº 19 - Janeiro - Junho 2014

JUNGLES, Lisiiane. **Parceria família-escola: benefícios, desafios e proposta de ação**; ilustrado por Bruno Henrique Junges. – Brasília : Ministério da Educação (MEC), 2022. 105 p. : il. ; PDF ; 6092 KB.

LÉVI STRAUS, C. **As estruturas elementares de parentesco**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

LOBATO, Vivian e SANTOS, Graciele - **Subsídios teóricos e reflexivos sobre a relação família-escola no contexto educacional brasileiro**. Disponível em <https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/12854/1/Artigo_SubsidiosTeoricosReflexivos.pdf> Acesso em 10 mai. 2024.

MAZZOTA, M. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. SP: Cortez, 1996.

MAZZOTA, M. **Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial**. SP: EPU, 1993.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Tradução: Jurema Alcides Cunha. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. 1^a ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005, p.107-127.

ROUDINESCO, Elisabeth. A família em desordem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 2003.

SANTANA, Everaldo S e COUTINHO, Diógenes José G. **A inclusão escolar e a importância da família na escola.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.9.n.08. ago. 2023. ISSN - 2675 – 3375

SILVA,S. Escola e cidadania em uma era de desencanto. In: SilVA,S. & OUTRO(SOrgs). Educação Especial: múltiplas leituras e diferente significados. Campinas/SP: Mercado das Letras,2001.